



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 26114/2021

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição sob demanda de TIRAS DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS para atender a demanda da Subsecretaria de Atenção Básica, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitantes: Subsecretaria de Atenção Básica;
Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;
Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei nº. 8666/93;

2- DA AQUISIÇÃO

2.1. A tabela a seguir demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e seus respectivos quantitativos:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA PRINCIPAL					
1	332344	<p>Tiras para determinação de glicemia quantitativa em sangue venoso e arterial para pacientes adultos e neonatos desde a primeira hora de vida, aplicável para punção capilar em sensor amperométrico ou fotométrico, glicose desidrogenase, tamanho da amostra igual ou inferior a 04 (quatro) microlitros, tempo de leitura máximo de 30 (trinta) segundos para uso em monitor de glicemia compatível, faixa de hematócrito de 20% a 70%, e que o resultado não interfira em oxigênio hospitalar (PO2). Intervalo de medição compreendido entre 10 e 600 MG/DL. Possibilidade de realizar análise de controle de qualidade em no mínimo 02 (dois) níveis. Embalagens com 50 (cinquenta) tiras. Deverá ter certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA e estar de acordo com ISO 15197-2013.</p> <p><u>A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DOAR 1.410 APARELHOS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS EM 1.400 A SEREM ENTREGUES NO PRIMEIRO PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE TIRAS SOLICITADAS, TENDO EM VISTA QUE O EQUIPAMENTO SERÁ DESTINADO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS PELA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA NO PROGRAMA DANT (DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS), E 10 PARA O HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO. CASO SEJA NECESSÁRIO, A EMPRESA DEVERÁ EFETUAR A TROCA DOS MESMOS, QUANDO APRESENTAREM IRREGULARIDADE.</u></p>		Unid.	1.562.000
2	338605	Lancetas em aço inoxidável, estéril, descartável, retrátil, automática, para coleta de sangue capilar por punção digital, de uso único, calibre de 25 a 28G, profundidade de 1,5 a 1,8 mm, coberto por capa protetora em conformidade com NR 32 A ISO 13485, impedindo acidentes e a reutilização, sem necessidade de usar caneta lancetadora.		Unid.	1.119.576
4	469169	Seringa para insulina 1 ML com agulha fixa curta, medindo 8 mm x 0,30 mm.		Unid.	375.000
6	442278	Seringa para insulina 0,5 ml com agulha fixa curta medindo 8 mm x 0,30 mm		Unid.	150.000
COTA RESERVADA					



3	338605	Lancetas em aço inoxidável, estéril, descartável, retrátil, automática, para coleta de sangue capilar por punção digital, de uso único, calibre de 25 a 28G, profundidade de 1,5 a 1,8 mm, coberto por capa protetora em conformidade com NR 32 A ISO 13485, impedindo acidentes e a reutilização, sem necessidade de usar caneta lancetadora.		Unid.	242.424
5	469169	Seringa para insulina 1 ML com agulha fixa curta, medindo 8 mm x 0,30 mm.		Unid.	125.000
7	442278	Seringa para insulina 0,5 ml com agulha fixa curta medindo 8 mm x 0,30 mm		Unid.	50.000



ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	SAB	HMRS	HMNF	QUANT.
1	332344	<p>Tiras para determinação de glicemia quantitativa em sangue venoso e arterial para pacientes adultos e neonatos desde a primeira hora de vida, aplicável para punção capilar em sensor amperométrico ou fotométrico, glicose desidrogenase, tamanho da amostra igual ou inferior a 04 (quatro) microlitros, tempo de leitura máximo de 30 (trinta) segundos para uso em monitor de glicemia compatível, faixa de hematócrito de 20% a 70%, e que o resultado não interfira em oxigênio hospitalar (PO2). Intervalo de medição compreendido entre 10 e 600 MG/DL. Possibilidade de realizar análise de controle de qualidade em no mínimo 02 (dois) níveis. Embalagens com 50 (cinquenta) tiras. Deverá ter certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA e estar de acordo com ISO 15197-2013.</p> <p><u>A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ DOAR 1.410 APARELHOS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS EM 1.400 A SEREM ENTREGUES NO PRIMEIRO PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE TIRAS SOLICITADAS, TENDO EM VISTA QUE O EQUIPAMENTO SERÁ DESTINADO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS PELA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA NO PROGRAMA DANT (DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS), E 10 PARA O HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO. CASO SEJA NECESSÁRIO, A EMPRESA DEVERÁ EFETUAR A TROCA DOS MESMOS, QUANDO APRESENTAREM IRREGULARIDADE.</u></p>	Unid.	1.400.000	144.000	18.000	1.562.000

2	338605	Lancetas em aço inoxidável, estéril, descartável, retrátil, automática, para coleta de sangue capilar por punção digital, de uso único, calibre de 25 a 28G, profundidade de 1,5 a 1,8 mm, coberto por capa protetora em conformidade com NR 32 A ISO 13485, impedindo acidentes e a reutilização, sem necessidade de usar caneta lancetadora.	Unid.	1.200.000	144.000	18.000	1.362.000
3	469169	Seringa para insulina 1 ML com agulha fixa curta, medindo 8 mm x 0,30 mm.	Unid.	500.000	-	-	500.000
4	442278	Seringa para insulina 0,5 ml com agulha fixa curta medindo 8 mm x 0,30 mm	Unid.	200.000	-	-	200.000

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA COMPRA DO OBJETO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. O quantitativo solicitado visa atender a demanda da Subsecretaria de Atenção Básica, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertão pelo período de 12 (doze) meses.

3.3. Subsecretaria de Atenção Básica

3.3.1. A presente aquisição de tiras de glicemia e lancetas possui o fito de atender a demanda dos 1.413 (mil, quatrocentos e treze) pacientes cadastrados no Programa DANT (Doenças e Agravos não Transmissíveis).

3.3.2. A Unidade apresenta às fls. 57, histórico de consumo referentes aos meses de janeiro a abril de 2021.

3.3.3. Ressalta-se que a Unidade acresceu uma margem de segurança de 30% (trinta por cento) ao quantitativo do objeto, vislumbrando atender eventual aumento da demanda de pacientes.

3.4. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro



3.4.1. O quantitativo solicitado pela Unidade fora obtido através do histórico de consumo referente ao período de 2019, 2020 e 2021 conforme planilha demonstrativa de cálculo acostada às fls. 59, com quantitativo acrescido de margem de segurança em torno de 35% (trinta e cinco por cento), e a última requisição realizada consoante ao Processo licitatório nº 8183/2020, último procedimento licitatório para a aquisição dos objetos, conforme se comprova por parte de cópia do Termo de Referência anexada aos autos às fls. 60/65.

3.5. Hospital Municipal Raul Sertã

3.5.1. O material solicitado visa atender a demanda da Unidade de Saúde no atendimento aos pacientes internados, buscando o controle da taxa de glicose e diabetes.

3.5.2. A Unidade de Saúde apresenta às fls. 10, quadro demonstrativo do consumo médio da Unidade dos últimos 3 (três) anos, 2018, 2019 e 2020.

3.6. Cumpre informar, que o material solicitado pela Subsecretaria de Atenção Básica será destinado à distribuição aos pacientes cadastrados no Programa DANT (Doenças e Agravos não Transmissíveis), bem como os solicitados pelo Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã serão destinados ao uso dos profissionais de Saúde das Unidades, ou seja, não serão destinados à distribuição, motivo pelo qual se referem a elementos de despesa com códigos distintos.

3.7. Importante salientar, que a empresa vencedora do item 01 – TIRAS PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA, constante na tabela apresentada ao item 2.1 do presente Termo de Referência, DEVERÁ DOAR 1.410 APARELHOS PARA MEDIÇÃO DE GLICOSE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS 1.400 A SEREM ENTREGUES NO PRIMEIRO PEDIDO INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE TIRAS SOLICITADAS, TENDO EM VISTA QUE O EQUIPAMENTO SERÁ DESTINADO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS PELA SUBSECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA NO PROGRAMA DANT (DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS), E 10 PARA O HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO. CASO SEJA NECESSÁRIO, A EMPRESA DEVERÁ EFETUAR A TROCA DOS MESMOS, QUANDO APRESENTAREM IRREGULARIDADE.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

5.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30.08

33.90.32.00

5.1.2. Fonte de recurso: 007;

5.1.3. Programa de Trabalho:

Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.10.301.0087.2.316;

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.1030200702.189;

Hospital Municipal Raul Sertã: 30001.1030200702.188

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

6. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1. A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante com prazo não superior a 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, o qual indicará o respectivo quantitativo, marca e demais informações importantes a respeito do item a ser entregue naquela ocasião.

6.2. Importante ressaltar que a entrega do objeto será de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.

6.3. A entrega do objeto deverá ser efetuada no endereço e horários arrolados abaixo:

Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde - Avenida Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar, Centro, Nova Friburgo, CEP: 28.623-000, de Segunda a Sexta-feira, no horário de 09h:00min às 17h:00min.

6.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos

no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;



8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.2. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e demais seus anexos pertinentes;

9.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.5. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.6. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.7. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como aqueles previstos na Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.10. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

9.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Saúde, para representá-la no cumprimento da obrigação;

10.1.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

10.1.8. Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, bem como na legislação em vigor;

10.1.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Saúde;

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratadas, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2. Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
ÂNGELA MARIA SARDOU CHARRET	062.400	SUPERIOR IMEDIATO

CRIATINA B. GOMES	290.212	FISCAL TITULAR
CARLOS MATTOS	99.415	FISCAL SUBSTITUTO
GESTORES		
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.639	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

13.3. Os fiscais da contratação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da obrigação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

14.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da Unidade Requisitante, os quais se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.2. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os interessados, em qualquer momento do procedimento, mesmo após o encerramento da cotação de preços.

15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa:

15.4.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.4.2.2. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.3. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.4.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



15.4.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

15.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

15.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

15.7. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17. DA RESCISÃO

17.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

17.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

17.2.1. Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

17.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

17.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 12 de novembro de 2021.

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS
Matrícula 062.639

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137